
Comunicação Pública e Monopólio da Fala: a incidência da pauta dos direitos humanos, na cobertura do caso Marielle pela Agência Brasil¹

Dylan Pereira Campos Araujo²
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O objetivo do artigo é refletir sobre a viabilidade da comunicação pública como alternativa de combate aos efeitos do monopólio da fala e da captura do comum (SODRÉ, 2015), nas práticas jornalísticas. Para isso, investigamos 89 notícias da Agência Brasil que mencionaram a ex-vereadora, Marielle Franco, entre março de 2020 até abril de 2023. A mostra inclui períodos dos governos Bolsonaro e Lula. A questão principal foi verificar o modo como a dimensão política do assassinato de Marielle foi mencionada, no período das duas gestões governamentais. A análise aponta diferenças significativas na incidência de expressões relativas aos direitos humanos e ao lugar de fala da ex-parlamentar, na condição de mulher, negra, periférica, homossexual e ativista.

Palavras-chave: comunicação pública; democracia; direitos humanos; objetividade; censura.

1. Introdução

Vítima de um assassinato motivado pelo extremismo político em ascensão no Brasil; ou “cadáver comum”, executada pelo tráfico de drogas, em uma ação de ajustes de contas? Essas duas narrativas disputam a opinião pública, desde os primeiros dias após a morte da ex-vereadora, Marielle Franco, em 14 de março de 2018.

Tanto a associação do crime ao extremismo de direita, quanto a tentativa de ligação da ex-parlamentar com facções criminosas revelam uma disputa política entre narrativas ordenadoras de sentido da vida comum. Mas nessas disputas também toma parte a tentativa de esvaziamento do debate político, a partir da abordagem majoritariamente jurídica e policial da morte de Marielle.

Essas disputas de construção de significados ocorrem nas mídias sociais, mas também podem ser verificadas nos conteúdos disseminados pela imprensa. Isso porque

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

o exercício do jornalismo também se estabelece a partir de uma determinada cultura, que é produzida e produtora de certos valores.

A construção histórica do jornalismo reforçou a crença de que se trata de uma atividade de representação fiel da realidade, com o rigor de instrumentos científicos. Essa perspectiva deu forma à noção de objetividade, surgida com o avanço da imprensa de massa, por volta da década de 1830, nos EUA (SCHUDSON, 1988, p. 148).

A ideia de objetividade foi, aos poucos, transmutada em método. Essa elaboração surgiu para orientar a fabricação da informação como produto. Os métodos de objetividade também apareceram como resposta aos questionamentos acerca de notícias enviesadas, no contexto da Segunda Guerra Mundial (Ibidem, p. 144). Essa fabricação de técnicas jornalísticas, a partir de um contexto histórico específico, permite demonstrar que a atividade não se desenvolve de forma isolada da sociedade.

Parte dos estudos que envolvem a determinação do que é notícia enfatiza a decisão de profissionais que carregam essa atribuição. É o caso da célebre teoria do gatekeeping (WHITE, 1999). Outros estudos têm por enfoque as rotinas de produção, criadas dentro de estruturas administrativas, com determinadas divisões de trabalho (TUCHMAN, 1999). Há ainda estudos que apontam a influência de fatores externos, como os interesses economicistas, sobre as redações (GANS, 1979).

Essas três correntes já nos oferecem exemplos de dinâmicas sociais que influenciam na formação de narrativas jornalísticas. Mas ainda podemos acrescentar a corrente que aposta na preponderância do “fato em si”, na determinação do que é notícia. Uma das referências para essa corrente é a máxima do jornalista norte-americano Charles Dana (1819-1897). Dana teria dito que “se um cachorro morde um homem, não é notícia, mas se um homem morde um cachorro, isso é notícia”. Embora a máxima esteja superada sob vários aspectos, vale à pena explorar algumas balizas que essa sentença carrega, como fez Silva:

"os valores-notícia, entendidos como parâmetros que levam um determinado acontecimento a ser selecionado como noticiável - estejam eles presentes na natureza fenomênica dos fatos, como sugere Silva (2005), ou nos meandros das rotinas jornalísticas, como supõem Shoemaker & Cohen (2006), estabelecem-se atrelados a um padrão clássico de ruptura a uma ordem social anteriormente estabelecida". (SILVA, 2014, p. 31)

A possibilidade de destacar um evento “fora da normalidade”, ou de apontar uma descontinuidade da ordem estabelecida precisa se apoiar numa ideia do que seja o “normal” e do que seja o ordenamento social esperado. Quer dizer, vigoram por determinado tempo pressupostos socialmente construídos, acerca da realidade. Tais pressupostos são partilhados inclusive por jornalistas.

A produção jornalística participa e contribui para a manutenção de pressupostos de uma realidade construída, com alicerces “no ideário de uma objetividade baseada na neutralidade e na noção de sujeito universal (o homem, branco, heterossexual, ocidental)” (MORAES E VEIGA DA SILVA, 2019, p. 2). Uma das consequências da adoção desse sujeito universal é o modo como as diferenças são transformadas em desigualdades, tal qual acontece em fenômenos como o racismo e o machismo.

Decorre desse raciocínio que é na admissão da agência do jornalista - e não na sua suposta neutralidade - que residem possibilidades de renovação de práticas históricas, de modo a fazer frente aos desafios contemporâneos. Um jornalismo (assumidamente) de subjetividade permitiria “uma subversão dos modos de objetivação jornalística” e seria “capaz de implodir principalmente o racismo/sexismo epistêmico na qual também se baseia” (Ibidem, 2019, p. 13).

O caminho percorrido até aqui sugere que as práticas jornalísticas participam dos processos de mudança social, a partir das disputas entre narrativas que ordenam as compreensões do mundo. Sugere também que a produção jornalística carrega traços da conjuntura social e política. A partir desses pressupostos, este estudo investiga o modo como a Agência Brasil (ABr) mencionou a ex-vereadora Marielle Franco, em sua produção jornalística, durante o período de Março de 2020 até o início de Abril de 2022. O objetivo foi empreender uma análise de conteúdo das notícias veiculadas, durante diferentes conjunturas sociopolíticas e, principalmente, no decurso do exercício de diferentes ocupantes da Presidência da República.

Durante a seleção da amostra, optamos pelo equilíbrio da quantidade de matérias publicadas em cada gestão, em detrimento da igualdade no intervalo de tempo em que as notícias foram veiculadas. Assim, nos referimos: à gestão Bolsonaro, no período entre março de 2020 até dezembro de 2022; e à gestão Lula, no intervalo entre janeiro e abril de 2023. A visibilidade (ou supressão) da dimensão política na cobertura do assassinato de Marielle foi avaliada a partir da menção direta de questões relacionadas:

aos direitos humanos; à democracia; ao lugar de fala de Marielle; e à necessidade de apontar o mandante do assassinato da ex-parlamentar.

Cabe esclarecer que esse estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla que investiga momentos em que houve grandes disputas políticas, em torno da comunicação pública, com o objetivo de cartografar os significados e os papéis atribuídos às emissoras públicas, nesses debates.

2. Nem TV Lula, nem TV Bolsonaro. TV Pública.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é resultante de um processo de lutas e mobilizações, que teve como um dos marcos o I Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2007. O evento rendeu um manifesto que concebia veículos públicos com independência editorial, em relação aos interesses privados e governamentais. De acordo com o documento, as emissoras públicas deveriam servir de instrumento para a garantia “dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais” (CARTA DE BRASÍLIA, 2007).

A EBC canalizou, na Lei 11.652/2008, a concepção de uma comunicação capaz de favorecer: o debate público; a construção da cidadania; e a formação do cidadão, de maneira a englobar a consciência crítica, a inclusão social e o desenvolvimento de potencialidades e talentos, através do incentivo à criação e à inovação.

Não obstante ao ideário da comunicação pública, é necessário reconhecer que, em qualquer canto, a prática jornalística é herdeira das construções históricas pelas quais passamos brevemente, na Introdução. Assim, tanto os diferentes públicos da EBC, quanto os profissionais que formam o quadro das emissoras não escaparam naturalmente a essa herança. Por isso, a empreitada da comunicação pública encontra resistências internas e externas.

Desde que surgiu, a empresa enfrenta campanhas favoráveis ao seu fechamento. Comumente esses ataques apostam na confusão, por vezes proposital, da relação entre a mídia pública e a mídia estatal. O maior símbolo dessa campanha é a TV Brasil, antes chamada de “TV Lula”, depois chamada de “TV Bolsonaro”. Por um lado, os apelidos pejorativos carregam denúncias legítimas de desvios da finalidade da EBC. Por outro lado, esses apodos fazem parte de iniciativas de grupos privados, com objetivo de lançar a comunicação pública em descrédito.

Quando criada, a EBC foi vinculada à estrutura da Presidência da República³. Bastou a primeira ruptura de programa governamental para que a comunicação pública tivesse sua solidez colocada à prova. Um dia após o impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, foi editada a Medida Provisória 744. A MP deu início à extinção de dois mecanismos de proteção do caráter público da EBC: o Conselho Curador e o respeito ao mandato do diretor-presidente.

Enquanto existiu, o Conselho Curador teve natureza consultiva e deliberativa. O Conselho deveria “representar os anseios da sociedade, em sua diversidade, na aprovação das diretrizes de conteúdo e do plano de trabalho”⁴. O caráter público da gestão editorial determinava uma composição por 22 membros, dos quais apenas quatro eram formalmente representantes do Governo Federal. Quando a MP 744 foi convertida na lei nº 13.417/2017, o Conselho foi substituído por um Comitê Editorial de Programação formado por membros designados pelo Presidente da República.

O segundo instrumento dissolvido na gestão do presidente Michel Temer foi a garantia do mandato de quatro anos do diretor-presidente da EBC, não coincidente com o mandato da Presidência da República. Com a extinção desse mecanismo, as trocas imediatas no comando da empresa passaram a depender apenas da vontade do governo de ocasião. A facilidade da substituição de toda a diretoria da EBC aumentou de forma evidente o risco de ingerência sobre a gestão da empresa.

Novas intervenções editoriais ocorreram, após o novo mandato presidencial iniciado em 2019. Eleito, em 2018, o ex-presidente Jair Bolsonaro citava o fechamento da EBC entre suas promessas de campanha⁵. Após o início do mandato, a EBC foi incluída no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Ministério da Economia. A partir da entrada no PPI, a EBC foi qualificada para o Plano Nacional de Desestatização⁶. A empresa esteve submetida a estudos técnicos do BNDES, que apontariam para um modelo de privatização ou para um plano de extinção. O atraso no

³ Quando criada, a EBC fazia parte da estrutura da Secretaria de Comunicação Social (Secom). Durante a gestão do presidente Michel Temer, a empresa passou a fazer parte da Casa Civil. Já na gestão do presidente Jair Bolsonaro a EBC retornou para a Secom, após a recriação do Ministério das Comunicações.

⁴ Regimento Interno do Conselho Curador da EBC. Disponível em: <https://bit.ly/3mXg1au>, Acesso em 12/03/2023.

⁵ Cf. Uol Notícias. Disponível em <https://bit.ly/3aOceH0>. Acesso em 10/03/2023

⁶ Cf. Site do PPI. Disponível em <https://bit.ly/3vk83fn>. Acesso em 10/03/2023

cronograma do PPI fez com que a EBC fosse mantida até o fim de 2022. Com a derrota de Bolsonaro, o presidente Lula revogou o processo de extinção da empresa.

A EBC sobreviveu, mas teve sequelas. Empregados relataram diversas tentativas de aparelhamento das emissoras públicas. Algumas denúncias foram reunidas em quatro publicações do Dossiê de Censura e Governismo na EBC⁷. Na última edição, publicada em agosto de 2022, o documento apontava um total de 537 casos de desvios de finalidade editorial, entre “censura, governismo e pautas irrelevantes” (DOSSIÊ, 2022).

A quarta edição do dossiê cita interferências na publicação de conteúdos relacionados a Marielle. O texto afirma que a gestão da equipe de mídias sociais vetou uma postagem que divulgaria uma matéria relacionada aos quatro anos do assassinato da ex-parlamentar, em março de 2022. Já a segunda edição do dossiê denunciou a supressão de conteúdo relacionado a Marielle, no canal da EBC, no Youtube.

“A carga simbólica evocada pela vereadora Marielle Franco também incomodou. Foram necessários apenas cinco segundos de enquadramento em um desenho que a homenageava para fazer eclodir a aversão. A imagem integrava um programa especial sobre os 100 anos do nascimento de Jackson do Pandeiro e foi retirada da versão veiculada no canal do YouTube da emissora, duas semanas depois.” (DOSSIÊ, 2020)

As denúncias também repercutiram na imprensa. Um dos casos de grande repercussão foi a mudança, de última hora, na grade de programação que não permitiu que a música “O Real Resiste” fosse ao ar. A letra do cantor e compositor, Arnaldo Antunes, menciona a ação de milícias e o assassinato de Marielle.

O período de perseguição e censura vivenciado pelos trabalhadores da EBC foi registrado pelo Prêmio Especial Vladimir Herzog de Contribuição ao Jornalismo. A edição de 2022 premiou os trabalhadores da estatal pela atuação para que a empresa não deixasse de cumprir com a missão de fazer uma comunicação cidadã e democrática. O texto da premiação citou mudanças editoriais que atingiram a EBC.

“Desde a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, os profissionais dos seus vários veículos figuravam entre os destaques do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Isso mudou nos últimos anos pois as seguidas intervenções autoritárias realizadas na empresa pela atual direção tentam acabar com qualquer autonomia do trabalho jornalístico.” (MANHÃES, 2022)

⁷ O Dossiê de Censura e Governismo na EBC é um documento elaborado a partir da iniciativa da Comissão de Empregados da EBC, da Ouvidoria Cidadã da EBC, dos Sindicatos dos Jornalistas do DF, SP e RJ e dos Sindicatos dos Radialistas do DF, SP e RJ. O relatório acumula quatro edições, tendo sido a última publicada em Agosto de 2022.

Apesar das denúncias de empregados, a EBC não confirmou nenhuma alteração editorial que justificasse a mudança na cobertura do caso Marielle, ou de outras pautas relacionadas à garantia de direitos das minorias representativas. Assim, aceitamos, nesse estudo, a tarefa de empreender uma análise de conteúdos que seja capaz de identificar possíveis mudanças. Essa investigação considera que as tentativas de contenção das lutas por direitos humanos passam pela disseminação dos discursos de ódio, mas também incluem as tentativas de silenciamento das minorias representativas das quais Marielle, mulher, negra e gay, fazia parte. Por isso, nos parece fundamental refletir sobre a relação entre a democracia e as práticas midiáticas.

3. As relações entre comunicação e democracia

Perspectivas diferentes abordam o processo da comunicação, tanto no que diz respeito à democracia, quanto no que se refere ao desenvolvimento humano e social. Uma das formas de abordar as características marcantes dessas perspectivas é propor um contraste entre teorias formuladas a partir do pensamento eurocêntrico e outras elaboradas a partir de uma perspectiva da América Latina.

A partir da perspectiva eurocêntrica, expandiu-se a crença de que a circulação de informações, por si, estabelece o solo do desenvolvimento das aptidões para a vida em comunhão (SODRÉ, 2021, p. 9). Essa suposição entrega ao Ocidente, em especial aos chamados países do norte, a condição central de emissores das informações distribuídas aos países emergentes. A perspectiva crítica de midiatização relaciona essa aposta às demandas neoliberais do capitalismo financeiro. Mas esta crença também parece relacionada à obsessão por “dar voz” a múltiplos atores sociais, ainda que isso ocorra sem qualquer garantia de escuta e muito menos de diálogo.

É ainda da perspectiva crítica que retiramos outra relação entre comunicação e democracia. Essa visão extrapola a influência institucional das mídias e aborda as práticas comunicativas como princípio de "organização do comum humano" (SODRÉ, 2014, p. 12).

Entre essas diferentes maneiras de relacionar a comunicação à democracia temos, portanto, uma perspectiva que considera o exercício democrático como consequência da intensa disseminação de informações. Do outro lado, temos na perspectiva crítica da comunicação a defesa de que a democracia necessita do acesso à produção simbólica dos sentidos, que organizam as noções de realidade dos sujeitos.

Na obra “La comunicación para el cambio social: ¿nos acerca o nos aleja?”, Bringe (2013) trata das diferentes associações entre a comunicação e a ideia de desenvolvimento social. Para o autor, na perspectiva eurocêntrica, a comunicação para o desenvolvimento era um instrumento para atingir condições econômicas, sociais, e tecnológicas supostamente mais avançadas do que as condições anteriores. Essa perspectiva carrega a um modelo dominante de sociedade e de bem-estar. Nessa visão instrumental, a comunicação serviria para “alcançar visibilidade, informar, divulgar, convocar e apoiar processos educativos” (BRINGE, 2013, p. 28).

Outra visão do papel da comunicação surge a partir de experiências significativas de comunicação alternativa, popular e comunitária. Tratavam-se de iniciativas locais, em que as mídias eram controladas pelas comunidades. Essa perspectiva recebe o nome de ‘comunicação para a mudança social (BRINGE E DAGRON, 2014).

Nessas iniciativas, a comunicação assume uma dimensão sociocultural, a partir da interação entre indivíduos e grupos, com a capacidade de produzir transformações. Sodré (2021) faz uma distinção entre as possibilidades de responsividade e de responsabilidade (resposta simbólica), nas interações, no ambiente digital. Para o autor, a possibilidade do envio de mensagens de muitos para muitos não garante a ruptura com o monopólio da fala (termo cunhado por Jean Baudrillard e utilizado por Sodré).

O conceito de monopólio da fala, desenvolvido a partir da experiência da televisão, não se refere tanto à exclusividade de geração e distribuição de conteúdo, mas à capacidade de produção de sentido. Portanto, temos na dimensão crítica de Sodré uma ideia de comunicação como um princípio do ordenamento simbólico do mundo.

A midiáticação, como processo estratégico, é capaz de interferir nesse estado de coisas e abalar as possibilidades da organização simbólica. Essa interferência está a serviço da disseminação da ideologia neoliberal. Assim, plataformas como Uber e Ifood não modificam apenas as atividades, mas também a compreensão das relações de trabalho e as próprias relações interpessoais, qualificadas por avaliações e atravessadas por regras de oferta e procura, por exemplo.

A relação entre a hiperconectividade e a democracia também é abordada por Mi ge (2018). O autor questiona se o aumento da conectividade torna automaticamente as redes mais democráticas. O autor também aponta que as redes sociotécnicas

promovem uma articulação entre produtores e consumidores, encetando novas configurações da indústria cultural.

Essas duas ponderações de Miège corroboram com a análise de Suzina (2019), para quem a apropriação de recursos digitais não garante a construção coletiva, a partir da participação popular. Não por acaso, Suzina define participação como “um conceito e um conjunto de práticas que se referem a processos de redistribuição de poder no âmbito de um determinado grupo” (SUZINA, 2019, p. 62).

A possibilidade dessa participação com conotação coletiva e de acesso ao poder é um importante ponto para demarcar a distinção entre diferentes formulações no entorno da mídiatização. Em uma análise da influência das mídias digitais nas interações sociais e nas instituições, Stig Hjarvard (2014) chama atenção para os efeitos estruturantes da mídia, na mudança das lógicas institucionais. Para o autor, essas estruturas “não estão acima ou fora da agência humana [...] Ao contrário, os recursos e as regras habilitam a agência, e através dela podem ser usados, reproduzidos e alterados criativamente” (HJARVARD, 2014, p. 60).

Uma contribuição importante dos autores da corrente crítica é justamente debater o estatuto dessa agência humana, ou seja, jogar luz sobre as assimetrias e discutir de que forma ocorrem as mudanças sociais e quem tem efetivamente acesso à produção partilhada de sentido. Uma das constatações desse debate é a percepção de que as possibilidades de participação são capturadas constantemente pela mídiatização.

Outros fenômenos relevantes são atribuídos ao fenômeno da mídiatização. Tiago Quiroga (2020), por exemplo, aponta um tipo de atrofia do tempo, como consequência da aceleração da circulação da informação. Para o autor, esses fluxos colocam em xeque o exercício da alteridade, ou seja, da distinção, da reflexão e da acomodação que são caras ao processo de construção do conhecimento.

Não menos preocupante é a análise de Sodré acerca da erupção do ódio, não como emoção, mas como forma social. O autor relaciona a compressão do tempo, frente ao fluxo informativo, com certa degradação da civilidade.

“A atmosfera afetiva de agora favorece atitudes e comportamentos [...] inerentes à vertigem das imagens – portanto, à velocidade informacional – e à irreflexão da passagem ao ato. Na ausência de pausa reflexiva, a rapidez de propagação da mensagem solícita e potencializa o efeito mimético do ódio, ao modo de um rastilho de pólvora, que apenas aguarda a fagulha para explodir em atos.” (SODRÉ, 2021, p.231)

Esse percurso permite afirmar que a mera garantia da troca informativa não garante práticas de convivência entre diferenças, muito menos a partilha da produção de sentidos. Por isso, é necessário um olhar atento para práticas comunicativas vinculadas aos ideais de cidadania, porém, limitadas em suas possibilidades democráticas.

É nesse sentido que questionamos a possibilidade do controle social das mídias públicas como forma de combate ao sequestro neoliberal do comum, com vistas a permitir a conformação de processos de organização simbólica, operando em regimes efetivamente democráticos. A análise que apresentamos, a seguir, demonstra de que forma o interesse social pode ser atingido, quando uma emissora pública não dispõe de instrumentos para impedir a ingerência de interesses alheios à comunicação pública.

4. Dois governos e duas medidas para dimensão política do caso Marielle

A comparação das matérias publicadas pela Agência Brasil, antes e após a gestão Bolsonaro, apresentou diferenças consideráveis, não apenas no intervalo de tempo entre as publicações, mas também em relação ao enfoque, personagens principais, dimensão política e fontes ouvidas.

O volume de matérias produzidas pela ABr, que citavam Marielle, aumentou expressivamente, após o término do governo Bolsonaro. Para equilibrar o número de matérias publicadas, durante e após essa gestão, foi necessário considerar um intervalo de tempo maior. No governo Lula, iniciado em 2023, 42 publicações mencionaram Marielle, entre 1 de janeiro de 2023 e 4 de abril de 2023. Enquanto na gestão Bolsonaro foram 47 publicações, entre de 1 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2022.

As matérias que mencionaram Marielle, durante a gestão Bolsonaro, apresentaram a dimensão política do assassinato da ex-parlamentar em menos de 15% das publicações (7). Entre essas matérias, 10 citaram a resposta em aberto em relação ao mandante do crime. Essa menção surge como um marcador importante em relação à dimensão política, já que opõe narrativas acerca da motivação do crime.

Em geral, as publicações desse período transmitem de forma predominante a ideia de “crime comum”, ao deixarem de citar o partido, a atuação e o lugar de fala de Marielle. Apenas cinco notícias (10%) trouxeram alguma informação relativa às questões de gênero e raça, enquanto quatro notícias (8%) citaram a filiação da ex-parlamentar ao Partido Socialista (PSOL).

A dimensão política do assassinato de Marielle aparece em 24 matérias (57%) veiculadas pela ABr, durante o governo Lula. Essa dimensão é explorada principalmente nas pautas ligadas à efeméride, pelos cinco anos da morte da militante. Em 16 publicações, a reportagem cita a necessidade de determinar quem mandou matar Marielle. Nesse período, 21 matérias (50%) trazem referências às questões de gênero e raça, enquanto apenas cinco citam a filiação de Marielle ao PSOL.

Uma das publicações que mencionam a atuação política da ex-vereadora foi assinada pelo repórter Rafael Cardoso, em 14 de março de 2023. O título da matéria traz o modo como Marielle se apresentava, ao referir-se a si mesma como “mulher, negra, mãe e cria da favela”. A reportagem também cita uma das falas emblemáticas da ativista, menos de uma hora do seu assassinato: “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”⁸.

A matéria de Cardoso foi uma das raras publicações que fez referência ao fato de Marielle ser homossexual e militar contra homofobia. Essas duas questões ficam claras, por exemplo, nas aspas da viúva de Marielle, Mônica Benício: “A Marielle representava uma sociedade que não queria mais ver a repetição da lógica do machismo, do patriarcado, da LGBTfobia, do racismo estrutural. Então, a eleição da Marielle é uma resposta social para um anseio coletivo”.

As menções à dimensão política do assassinato de Marielle também cresceu, no governo Lula, pela fala de autoridades vinculadas ao Governo Federal. O repórter Pedro Peduzzi registrou, no dia 14 de fevereiro de 2023, uma declaração do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. O ministro classificou o assassinato como “um crime revelador de múltiplos preconceitos e de múltiplas violências”⁹.

Também chama atenção o fato de que 13 matérias da amostra (27%) tinham Marielle como personagem principal, durante a gestão Bolsonaro. Nesse período, 21 publicações trouxeram pessoas acusadas de envolvimento em milícias como personagens, em matérias com enfoque policial. Os nomes em destaque foram o ex-policial militar, Ronnie Lessa (8) e a delegada Adriana Belém (5). Essas publicações não tratavam diretamente do assassinato de Marielle e do motorista Anderson Gomes.

⁸ C.f. Agência Brasil. “Mulher, negra, mãe e cria da favela”: a trajetória de Marielle Franco”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/mulher-negra-mae-e-cria-da-favela-trajetoria-de-marielle-franco>>. Acesso em 20/04/2023.

⁹ C.f. Agência Brasil. “Flávio Dino critica “penetração indevida da política nos quartéis””. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-02/flavio-dino-critica-penetracao-indevida-da-politica-nos-quarteis>>. Acesso em 20/04/2023.

Na gestão Lula, Marielle foi personagem principal em 12 matérias da amostra (28%). Nesse período, 14 publicações trouxeram personagens que estavam assumindo cargos públicos, como personagens principais, com destaque para Anielle Franco (4), irmã de Marielle. Duas matérias tratavam da violência contra mulher, enquanto outras duas tratavam de investigações envolvendo suspeitos de participação em milícias.

As fontes oficiais pautaram grande parte das matérias, durante a gestão Bolsonaro. Decisões judiciais ou outras atividades divulgadas pelo poder judiciário responderam por 16 publicações. Outras 13 matérias partiram de ações de instituições com poder de polícia, com protagonismo dividido entre a Polícia Civil do Rio e o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ). Apenas duas matérias partiram de ações de organizações da sociedade civil (Anistia Internacional e Instituto Marielle Franco).

Durante a gestão Lula, 11 matérias foram pautadas pela redação, sem sugestão aparente, por instituições. Outras nove matérias tiveram o Governo Federal como fonte primária. Oito publicações partiram de atividades de organizações da sociedade civil e outras cinco a partir de pautas de casas legislativas. O poder judiciário e as instituições policiais responderam por quatro matérias, na condição de fontes primárias.

De fato, a principal estratégia para o esvaziamento da dimensão política na cobertura do assassinato de Marielle na ABr foi a supressão: da atuação da ex-parlamentar; de seu lugar de fala; e da pendência da resolução do assassinato. No entanto, as tentativas de associação do nome de Marielle ao tráfico de drogas também foram citadas em três matérias da agência. Nessa temática, a principal personagem foi a desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça Rio de Janeiro.

A ABr não deu espaço para as acusações que a desembargadora fez através de uma mídia social, ao afirmar que Marielle “foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu compromissos assumidos com seus apoiadores”. Mas, durante o governo Bolsonaro, noticiou o andamento dos processos de apuração de conduta de Neves, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mantendo o caráter de oficialista.

Durante a gestão Lula, outra matéria publicada pela agência mencionou os ataques direcionados a pessoas públicas que frequentam locais dominados pelo tráfico de drogas. A reportagem assinada por Vitor Abdala trazia como eixo central as questões: “autoridades que visitam favelas têm conivência com as quadrilhas criminosas

que controlam esses territórios? Representantes do governo precisam da autorização de grupos armados para entrar nas comunidades?”¹⁰

A reportagem citava visitas então recentes do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, ao Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, e do presidente Lula, ao Complexo do Alemão, também na zona norte do Rio de Janeiro. A matéria traz avaliações de dois pesquisadores e de duas ativistas, acerca da criminalização de pessoas que frequentam comunidades controladas pelo tráfico de drogas.

Uma das fontes ouvidas pela reportagem foi a jornalista Priscila Rodrigues, diretora da ONG Observatório das Favelas. Um trecho da fala de Rodrigues contribui para o desfecho dessa análise, ao expressar o modo com o monopólio da fala impede que determinados grupos possam participar da construção dos discursos que falam sobre eles: “criou-se uma narrativa sobre esses territórios que é uma narrativa irreal, inventada por quem está fora do território.”

5. Algumas Considerações

A comunicação pública surge, no Brasil, através de um processo de luta que vislumbrava em seu horizonte a democratização do acesso à fala. Porém, a efetiva descentralização e o controle editorial democrático das produções de conteúdo ainda aguardam iniciativas que sejam, ao mesmo tempo, exitosas e duradouras.

O desafio é grande, diante das práticas históricas de um jornalismo baseado na consciência pretensamente universal dos países do Norte, principalmente a partir da visão do homem, branco, heterossexual. Outra barreira considerável é o pensamento neoliberal que prega a redução das estruturas públicas, para a aventura quase exclusiva e irrestrita da iniciativa privada.

A análise que nos propomos, nesse estudo, trouxe exemplos do modo como um discurso supostamente neutro e oficial pode favorecer a perpetuação de determinadas narrativas acerca do real. Assim opera o esvaziamento da discussão política, como estratégia de supressão de menções às minorias e às lutas por direitos humanos. Se por um lado a desinformação circula majoritariamente nas mídias sem reconhecimento

¹⁰ C.f. Agência Brasil. “Críticas a visitas a favelas revelam preconceito, dizem especialistas”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-03/criticas-visitas-favelas-revelam-preconceito-dizem-especialistas>>. Acesso em 20/04/2023.

editorial, a imprensa tradicional pode operar na visibilidade ou no apagamento de processos de luta, à guisa de manter uma postura supostamente neutra.

Assim, vimos que o monopólio da fala também pode mostrar-se pelos oficialismos em que agendamento das discussões públicas ocorre a partir de publicações oficiais, sobretudo, de governos, do poder judiciário e das forças de segurança. O isolamento e o silenciamento de extratos da população respondem, por fim, pela transmutação de diferenças em desigualdades.

A análise empreendida demonstrou que a redução da censura (seja ela formal, velada, ou autocensura), já permite uma distribuição mais plural do uso da fala. Mas a proposta da comunicação pública depende ainda de mecanismos mais robustos e duradouros, para efetivar a proposta de dar voz à parcelas organizadas da sociedade civil e promover a participação social, nos processos simbólicos de produção de sentido e construção de realidades.

Referências Bibliográficas

- BRINGE, A. C. **La comunicación para el cambio social: ¿nos acerca o nos aleja?** In: HERMIDA, M. M.; BRANDARIZ, J. A.; LAGE, V. (coords.). *Comunicación y desarrollo*. Buenos Aires, La Crujía, 2013.
- BRINGE, A.; DAGRON, A. **Pensar desde la experiencia : comunicación participativa en el cambio social**. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios, 2014.
- GANS, H. J. **Deciding what's news: a study on CBS Evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time**. Evanston: Northwestern University Press, 1979. Disponível em: https://library.uniteddiversity.coop/Media_and_Free_Culture/Deciding_Whats_News-A_Study_of_CBS_Evening_News_NBC_Nightly_News_Newsweek_and_Time.pdf. Acesso em 03/03/2023.
- HJARVARD, S. **Midiatização: conceituando a mudança social e cultural**. *Revista Matrices*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, jan./jun. 2014.
- MANHÃES, T. **Contribuição ao Jornalismo**. In: 44º Prêmio Vladimir Herzog. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://premiolvladimirherzog.org/sobre-esta-edicao-2022/>. Acesso em 04/03/2023.
- MIÈGE, B. **Para uma atualização da abordagem da mediatização das ações infocomunicacionais**. In: FERREIRA, J.; ROSA, A. P.; BRAGA, J. L.; FAUSTO NETO, A.; GOMES, P. G. (org.). *Entre o que se diz e o que se pensa: onde está a mediatização?* Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018, v. 1, p. 39-62.
- MORAES, F.; VEIGA DA SILVA, M. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora**. *Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

QUIROGA, T. **Mediatização e virtualidade nas ciências humanas: uma encruzilhada anunciada.** In: FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A.; GOMES, P. G.; BRAGA, J. L.; ROSA, A. P. (orgs.). *Mediatização, polarização e intolerância: entre ambientes, meios e circulações*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020, v. 1, p. 53-76.

SCHUDSON, M. **The profession of journalism in the United States.** In: HATCH, N. O. (org.). *The professions in American history*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1988.

SILVA, M. P.; FERNANDES, M. L. (orgs.). **Critérios de noticiabilidade - problemas conceituais e aplicações.** Florianópolis: Insular, 2014.

SODRÉ, M. **A ciência do comum : notas para o método comunicacional.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

_____. **A sociedade incivil: mídia, liberalismo e finanças.** Petrópolis: Vozes, 2021.

SUZINA, A. C. **Ruptura digital e processos de participação em mídias populares no Brasil.** *Intercom - RBCC*. São Paulo, v. 42, n. 3, p.61-76, set./dez. 2019.

TUCHMAN, G. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas.** In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

WHITE, D. **O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias.** In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

Outras Referências

BRASIL. Lei 11.652 de 7 de abril de 2008. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm>. Acesso em 08/07/2021.

BRASIL. Lei 13.417 de 1 de março de 2017. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm>. Acesso em 10/07/2021.

BRASIL. Medida provisória no 744 de 1o de setembro de 2016. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv744.htm>. Acesso em 10/07/2021.

CARTA DE BRASÍLIA. Manifesto pela TV Pública independente e democrática. I Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília: 11 de maio de 2007.